

Estudo descritivo de programas de fomento em empresas florestais

Descriptive study of fostering programs in forest companies

Adisnei Barzotto Ribeiro¹
Gabriel de Magalhães Miranda²

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar alguns dos principais programas de fomento florestal de empresas do setor privado brasileiro e realizar um estudo, sob um ponto de vista técnico, dos aspectos sociais, econômicos e ambientais desses programas. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, na qual se procurou analisar quatro modelos distintos de programas privados de fomento florestal. Para a coleta dos dados, foram utilizados documentos dos programas das empresas Aracruz Celulose S.A., Masisa do Brasil Ltda., Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. e Ripasa S.A. Celulose e Papel. Os documentos avaliados foram cartilhas, manuais e modelos de contrato, em formato de textos impressos e eletrônicos, conseguidos nos sites das empresas ou diretamente com os responsáveis pelos programas, por meio de correspondências eletrônicas. A partir dos documentos, realizou-se a descrição de alguns aspectos socioeconômicos desses programas como ocupação de terras ociosas, recuperação de áreas degradadas, diversificação de atividades produtivas, redução da pressão sobre florestas naturais, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, desenvolvimento de pólos silvi-industriais, garantia de abastecimento de matéria prima, geração de renda alternativa e adicional, empregos diretos e indiretos, impostos, disseminação de tecnologia de ponta, monitoramentos ambientais, aumento da cobertura florestal, e conseqüentes benefícios ambientais, como proteção do solo, regulação do ciclo das chuvas, fixação de carbono e refúgio para fauna.

1 Especialização em Gestão Ambiental: Análise e Gerenciamento Ambiental; Engenheiro Florestal; Agente Universitário da Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO; E-mail: adisnei@yahoo.com.br

2 Dr.; Engenheiro Florestal; Professor do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO; E-mail: gmiranda@irati.unicentro.br

Palavras-chave: fomento florestal; diversificação de produção; geração de renda; conservação ambiental.

Abstract

The objective of this paper is to analyze some of the main forest fostering programs of the Brazilian private companies and to consider the social, economic and environmental aspects of these programs from a technical stance. A qualitative bibliographical research was carried on in order to analyze four different models of private forest fostering programs. The data was collected from the private company program documents of Aracruz Celulose S.A., Masisa do Brasil Ltda., Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. and Ripasa S.A. Cellulose e Papel. The examined documents were handbooks, manuals and contract models, in printed texts or digital formats, which were available in the websites of the companies or obtained directly with the persons who were responsible for the programs, by electronic mail. On the basis of the documents, an inventory was made of some socioeconomic aspects of these programs, such as the occupation of idle lands, recovery of degraded areas, diversification of productive activities, reduction of pressure upon native forests, restoration and maintenance of permanent preservation and legal reserve areas, development of pole regions of lumber industry, guarantee of raw matter supply, generation of alternative and additional income, direct and indirect jobs, taxes, dissemination of state-of-the-art technology, environmental monitoring, forest covering increase and consequent environmental benefits, such as the soil protection, rain cycle regulation, carbon setting and shelter for animals.

Key words: forest fostering; production diversification; income generation; environmental conservation.

Introdução

A madeira de reflorestamento tem uso diversificado, como na indústria siderúrgica, de papel e celulose, móveis e outros fins energéticos na forma de lenha. Os cultivos estão espalhados por todo o país e abastecem diversos setores. O problema é que a demanda por madeira vem crescendo mais que a oferta.

Isso pode provocar, no país, dentro de poucos anos, o que vem sendo chamado de “Apagão Florestal”. Além disso, o plantio de árvores, para fins comerciais reduz a pressão sobre os remanescentes de matas nativas.

O Brasil vive uma realidade de escassez no suprimento de madeira e, segundo estudos e estimativas, a situação tende a se agravar nos próximos anos.

Apesar dos alertas que os especialistas têm feito sobre esse fenômeno, desde o início da década de 90, o setor público e a iniciativa privada não deram, até o momento, a devida importância ao assunto e nenhuma medida efetiva foi tomada para evitar essa situação. A tendência é que a falta de madeira aumente nos próximos anos, pois a expansão da área florestal não está acompanhando o ritmo de crescimento do consumo.

Do ponto de vista da sociedade, ambientalistas fundamentam a idéia de que as monoculturas de florestas plantadas (os chamados “desertos verdes”) estão tomando conta das terras que supostamente deveriam ser utilizadas para a cultura de produtos voltados ao suprimento da alimentação mundial. Outro fator a ser observado, causado em parte pela exploração predatória das florestas, diz respeito aos constantes acontecimentos meteorológicos atípicos, relacionados às mudanças climáticas. A eliminação de cerca de 95% da cobertura florestal do Estado do Paraná, em poucas décadas, pode ser um exemplo claro disso.

Por esses e outros motivos, como é o caso do custo geralmente elevado para aquisição de novas terras, os entraves impostos pela legislação e o elevado custo da mão de obra para a produção florestal, o setor florestal privado brasileiro, assim como em outros países, vem sendo forçado a tomar caminhos alternativos para continuar produzindo. O Fomento Florestal é uma alternativa que tem apresentado retornos satisfatórios para as partes envolvidas, em algumas experiências do setor florestal brasileiro. Em linhas gerais, os benefícios dessa atividade têm contornado, pelo menos,

temporariamente, alguns dos problemas citados anteriormente. Portanto, fomentar a atividade florestal pode ser uma alternativa para amenizar os problemas atuais e futuros, como a falta de matéria prima, o desequilíbrio ambiental, etc., auxiliando na busca de condições de prosperidade para as gerações futuras.

Nesse contexto, este trabalho teve por objetivo analisar quatro dos principais programas de fomento florestal de empresas do setor privado brasileiro, e avaliar, sob ponto de vista técnico, os aspectos sociais, econômicos e ambientais desses programas.

Revisão Bibliográfica

Origem dos Programas de Fomento Florestal

As florestas desempenham um papel importante para a sociedade, proporcionando uma gama de benefícios, seja por meio dos seus produtos madeireiros ou não madeireiros, ou de suas múltiplas funções ecológicas e sócioeconômicas, como a conservação da biodiversidade, a proteção dos recursos hídricos, edáficos e faunísticos e a sua contribuição para o bem-estar social. Esses argumentos justificam a elaboração de uma política florestal nacional e regional que concilie os objetivos de produção de madeira, preservação, conservação e geração de benefícios socioeconômicos (SCHETTINO, 2000 *apud* FONTES et al., 2003). Segundo Kengen (2002), a origem do fomento florestal, no Brasil, pode ser atribuída ao “Projeto de Reflorestamento para Produtores Rurais” desenvolvido e

implantado, em 1958, no município de Paraopeba, Estado de Minas Gerais. Deve-se dar importância ao fato de que o fomento florestal, no Brasil, veio a se expandir, consideravelmente, a partir do momento em que o mesmo passou a ter importância para o setor privado. A origem dessa importância pode ser atribuída à extinção do Programa de Incentivos Fiscais para reflorestamento e a não edição de qualquer outra política similar, em substituição (KENGEN, 2002).

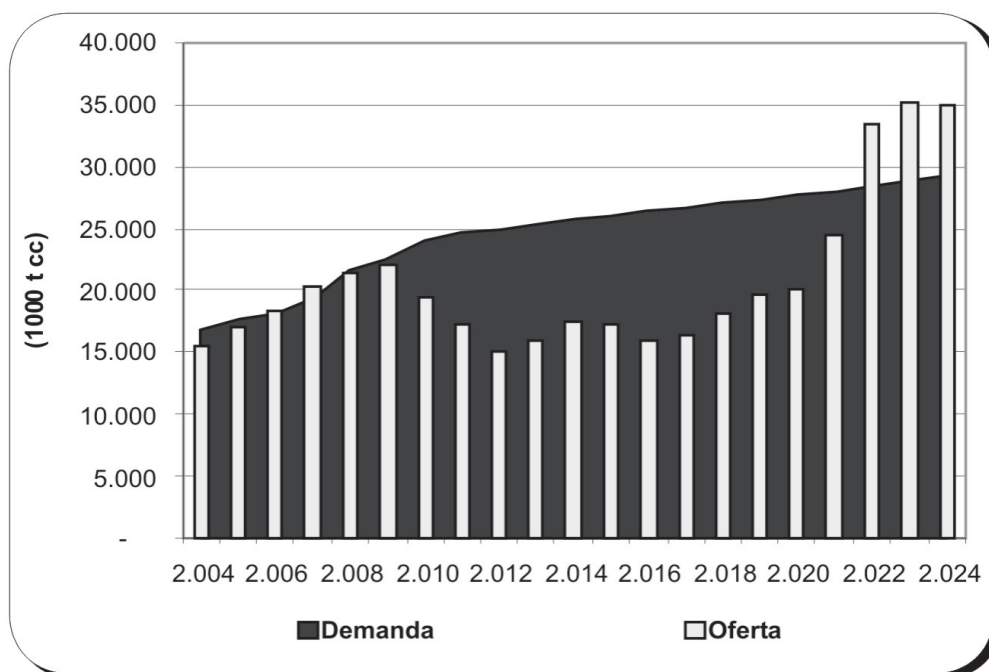
O problema da falta de madeira surgiu quando, em 1989, por causa de muitas fraudes, o Governo Federal suspendeu os incentivos fiscais para reflorestamento. De 1989 a 2000 não houve expansão da área plantada. Com a demanda crescente, hoje existem apenas

cinco milhões de hectares produtivos (DI CIERO, 2004). Por isso, para o Brasil afastar de vez a crise, é preciso plantar em média, por ano, 600 mil hectares de pínus e eucalipto. As figuras 1 e 2 ilustram, respectivamente, numa projeção elaborada com base na realidade florestal da Região Sul do Brasil, a oferta e a demanda da comercialização de pínus, no Paraná, e uma média para os três estados da região como um todo.

Fomento Florestal

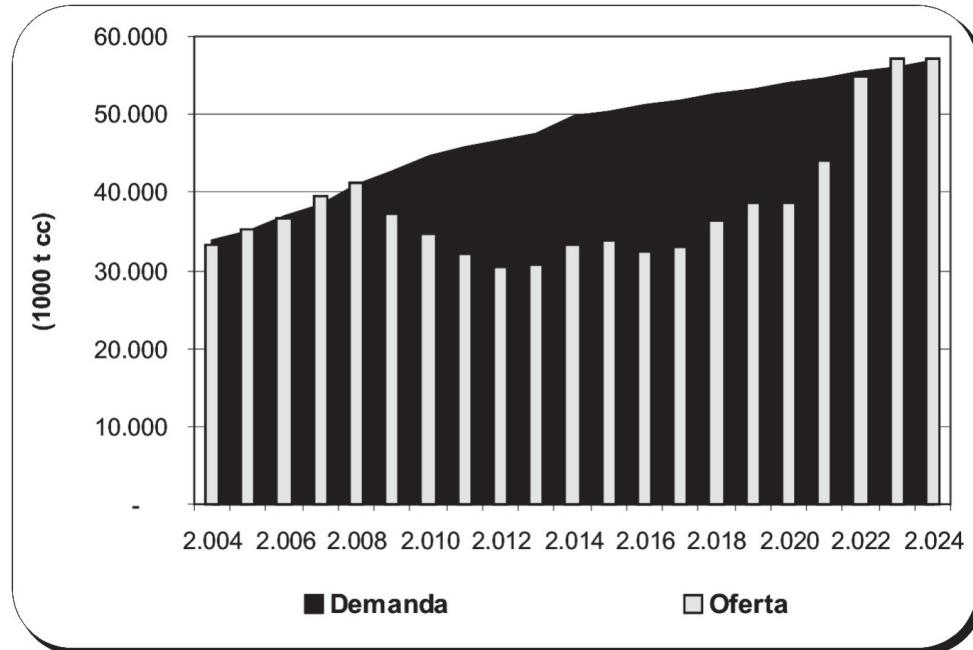
O termo fomento é utilizado para caracterizar atividades centradas na promoção do desenvolvimento rural, tanto na área florestal como na agropecuária e, historicamente, tem

Figura 1. Projeção da oferta e demanda de pínus no estado do Paraná para o período de 2004 a 2024



Fonte: Holtz Consultoria, 2005 (apud FREITAS, 2005)

Figura 2. Projeção da oferta e demanda de pinus na Região Sul do Brasil para o período de 2004 a 2024



Fonte: Holtz Consultoria, 2005 (apud FREITAS, 2005)

contemplado os mais diversos segmentos da produção agrosilvipastoril. São projetos e programas de iniciativa pública, privada ou integrada, de estímulo a cultivos diversos (AMBIENTE BRASIL, 2006). O projeto de fomento florestal destaca-se na atuação das empresas como um projeto planejado, estruturado e alinhado com a função/objetivo de maximização de valor das empresas, sendo uma importante fonte alternativa de abastecimento de madeira e geração de valor para a sociedade. Além de obter a matéria-prima a custos compatíveis, as empresas agregam valor ao negócio, pela não imobilização de capital na aquisição de terras, principalmente pelo alto custo, e pela melhoria de suas imagens, em função das parcerias formadas e pela

inclusão de pequenos produtores rurais na cadeia produtiva (GOMES, 2005). Nesse sentido, para o governo e para a sociedade, esses programas agregam valor por meio da geração de renda, impostos e empregos, favorecendo a fixação da mão-de-obra na região, além de contribuir para diminuir a pressão antrópica sobre as florestas nativas e não aumentar a concentração fundiária.

Os plantios florestais diferenciam-se de outras atividades agrícolas pelos seguintes aspectos: menor intensidade no uso do solo e no uso de defensivos; pelos ciclos mais longos; a manutenção de Áreas de Preservação Permanente; a integração com as Áreas de Reserva Legal; a manutenção ads áreas protegidas na constituição de corredores ecológicos; a

implantação de procedimentos de colheita de baixo impacto; a promoção do uso múltiplo dos produtos e serviços; o forte investimento na qualificação; segurança e saúde dos trabalhadores e a ação integrada e construtiva junto à comunidade do entorno por meio de programas educacionais e de fomento (SBSa, 2006).

Os resultados esperados com as atividades de fomento variam, desde o abastecimento a pequenas e médias indústrias, com abrangência microrregional, passando por programas voltados ao abastecimento estratégico de determinada matéria-prima para o setor agroindustrial, com abrangência nacional, até atingir escala global em temas como o sequestro de CO₂, que certamente agregará recursos para as atividades rurais, fomentando cadeias produtivas de grande amplitude. (FREITAS, 2005).

O fomento florestal bem conduzido tecnicamente, com respeito ao produtor rural, principalmente na ocasião da compra da madeira e com valorização dos aspectos ambientais das propriedades, é o melhor caminho para que a silvicultura tenha o reconhecimento de toda a sociedade como excelente instrumento para geração de renda e inclusão social. (SBSa, 2006).

Fomento Florestal Público e Privado

Segundo informações obtidas no site ambientebrasil, existe uma classificação do termo fomento florestal, que o divide em público e privado. O fomento florestal público é o mecanismo de desenvolvimento amplamente contemplado por diplomas legais que norteiam a atividade florestal

no Brasil. A análise interpretativa do Código Florestal permite a correlação da reposição florestal obrigatória com a instituição de programas oficiais públicos de fomento florestal. O sistema público de fomento florestal obteve maior impulsão, quanto a retomada ao debate sobre a política nacional para o desenvolvimento florestal, com a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF), em 2000. O objetivo principal do programa é articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação dos recursos florestais.

O Programa Nacional de Florestas é coordenado por uma Comissão geral (CONAFLOR), composta por 37 representantes, distribuídos entre governo (18) e sociedade civil (19), incluindo nove ministérios, governos estaduais, academias, trabalhadores, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresários. Essa Comissão estabelece as diretrizes para a implementação das ações do PNF e permite envolver a participação social na gestão das florestas públicas. Alguns aspectos de melhoria no setor florestal brasileiro são apontados como resultados parciais da implantação do PNF. Por exemplo, em 2002, o Brasil colheu quinhentos mil hectares de florestas e plantou apenas 320 mil. Em 2005, plantou cerca de 553 mil e conseguiu zerar o déficit de plantio. O mais importante é que a participação do pequeno produtor subiu de 7% para 23%. Outro dado a ser considerado é a área de florestas naturais, certificadas no Brasil, que era de trezentos mil hectares, em 2002 e chegou a 1,4 milhão, em 2004 (PNF, 2006).

A disponibilização de recursos das linhas do Pronaf Florestal e Propflora passou de menos de R\$ 10 milhões em 2003, para mais de R\$ 150 milhões em 2005, correspondendo a uma participação de 23% da área plantada. No mesmo período, o PNF disponibilizou cerca de R\$ 20 milhões para o estabelecimento de parcerias, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, promovendo assistência técnica a mais de dez mil produtores rurais, nos diversos biomas brasileiros. Os números iniciais são entusiasmantes, mas deve ser assinalado que o fomento florestal ainda está em fase inicial de desenvolvimento, e até que alcance sua plena maturidade e se consolide como cultura setorial, ainda existirão muitos desafios a serem superados. A consolidação do processo exige melhorias contínuas em todas as suas etapas. Tecnologias que atendam as características das pequenas propriedades, aprimoramento nos mecanismos financeiros, adaptações nos sistemas de colheita e transporte e alternativas para aproveitamento, uso e comercialização da madeira deverão ser introduzidos para fortalecimento dos programas de fomento em todo o Brasil (SBS, 2006d).

Como exemplo prático de fomento florestal público, de amplitude macro regional, cita-se o Programa Florestas Municipais, desenvolvido pelo governo do Estado do Paraná, em que, no período de 1997 a 1999, atendeu 100.000 produtores rurais e viabilizou a implantação de 35.000 hectares de plantios florestais. O Programa Florestas Municipais é uma parceria entre estado, município e comunidade e, através do fomento, viabiliza o ingresso do pequeno produtor

rural na atividade florestal, racionaliza o uso da terra e democratiza alternativas de renda (SBS, 2006). Neste exemplo paranaense, o estado fornece sementes de essências florestais, insumos, veículo utilitário, treinamento e orientação técnica. Os municípios promovem a estruturação do Serviço Florestal Municipal, a implantação e operação dos viveiros florestais e atividades planejadas nos projetos florestais municipais.

O fomento florestal tem sido a resposta estratégica mais importante que a silvicultura está dando a questionamentos como inclusão social, distribuição de renda, geração de emprego, utilização de espécies exóticas em mosaico, preocupações ambientais, uso múltiplo da madeira, agrosilvicultura e outras polêmicas mais. (SBS, 2006b). Segundo a mesma fonte, é ilusão imaginar que a continuidade desse processo possa prescindir de uma atuante estrutura de assistência técnica aos produtores e da boa vontade de grandes empresas. Deve-se assinalar, que o sucesso alcançado pelo fomento florestal, nos últimos anos, só foi possível graças à oportuna contribuição de algumas empresas e dos recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Florestas, por meio de editais, e em parcerias com diversas entidades para fazer chegar a assistência técnica aos produtores distantes dos principais centros de consumo. Esse quadro mostra que a consolidação do fomento florestal, como instrumento de contribuição sócio-ambiental da silvicultura, tem muito a evoluir e ainda se constitui num grande desafio, embora já se tenha exemplos de sucesso que indicam os caminhos a serem seguidos.

O fomento florestal privado tem sido um mecanismo eficiente na ampliação da base florestal para o abastecimento de matéria-prima em empreendimentos do setor madeireiro, de papel, celulose e energético. Nesta modalidade de fomento, incluem-se os programas de cunho social de empresas do setor florestal privado, nos quais há uma relação restrita com os pequenos e médios proprietários, por meio de uma ação contratual que rege o acordo de responsabilidades das duas partes envolvidas. Neste aspecto, o fomento florestal pode ser definido como uma modalidade de negócio que transfere para pequenos e médios empreendedores, parte do trabalho de grandes empresas, assim como também transfere, parte das possibilidades de geração de riquezas. Assim sendo, torna-se particularmente atraente o fato de as pequenas propriedades de economia familiar poderem se inserir num grande negócio mundial, que é a produção de celulose e papel e outros produtos madeireiros (KENGGEN, 2002).

Metodologia

A pesquisa foi caracterizada como bibliográfica de origem qualitativa. Segundo Chizzotti, 1991 (*apud* GOMES, 2005), esta técnica de análise de dados, denominada de análise de conteúdo, tem várias abordagens e pode ser entendida como “um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica à análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento”. Difere do método quantitativo, porque não emprega um

instrumental estatístico como base para analisar um determinado problema. Trata-se de uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno, uma vez que a quantificação, em certos casos, apresenta limitações ao tentar explicitar problemas complexos (RICHARDSON et al., 1999 *apud* GOMES, 2005).

Neste trabalho, procurou-se analisar quatro modelos distintos de programas privados de fomento florestal. Para a coleta dos dados foram utilizados documentos dos programas de fomento das empresas Aracruz Celulose S.A., Masisa do Brasil Ltda., Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A. e Ripasa S.A. Celulose e Papel. Os documentos avaliados foram: cartilhas, manuais, modelos de contrato etc, em formato de textos impressos e eletrônicos, conseguidos no site das empresas ou diretamente com os responsáveis pelos programas, por meio de correspondências eletrônicas. A seguir, são apresentados os quatro modelos de programas de fomento florestal usados como base de dados para a elaboração da análise.

Programa Produtor Florestal - Aracruz Celulose S.A.

A Aracruz Celulose desenvolve o Programa Produtor Florestal, por meio do qual estabelece parcerias com produtores rurais independentes, para o plantio de eucalipto em pequenas e médias propriedades, aproveitando áreas consideradas impróprias para outras atividades. Trata-se de uma parceria, na qual a Aracruz tem uma fonte alternativa de abastecimento de madeira. Criado em 1990, o Programa Produtor Florestal dessa

empresa, atualmente abrange cerca de três mil contratos e alcança 131 municípios, sendo 67 no Estado do Espírito Santo, quarenta em Minas Gerais, quatorze na Bahia e dez no Rio Grande do Sul. Conta com cerca de 71 mil hectares contratados, dos quais 62 mil hectares já plantados com eucalipto, com a área média de 23,5 hectares por contrato. Em 1999, o Programa Produtor Florestal foi estendido a diversas comunidades indígenas (membros das nações Tupiniquim e Guarani), localizadas próximas a fábricas da Aracruz.

O cultivo de eucalipto, para fins comerciais, é um importante passo rumo ao objetivo de tornar essas comunidades indígenas economicamente auto-suficientes. No contrato firmado com a Associação Indígena Tupiniquim e Guarani, a Aracruz tem o compromisso de fornecer mudas, fertilizantes e assistência técnica. O contrato abrange áreas que já foram plantadas com eucalipto e incorporadas à reserva indígena, mediante acordos de uso da terra, firmados em 1998. O produtor rural interessado em ingressar no programa pode escolher entre três planos:

a) Termo de Entrega de Mudanças

- a Aracruz fornece gratuitamente mudas de eucalipto e assistência técnica, comprometendo-se a comprar a madeira, na época da colheita, pelo preço de mercado.

b) Contrato de Compra e Venda

- além das mudas e da assistência técnica, a Aracruz fornece, gratuitamente, fertilizantes e iscas formicidas.

c) Contrato de Compra e Venda com Recurso Financeiro - é o plano mais completo, no qual o produtor obtém, também, o financiamento para implantação de todo o projeto, em parcelas que são liberadas, mediante a execução dos serviços

de implantação da floresta. Esse valor é convertido em madeira no ato de sua liberação, sendo pago na colheita da madeira. Dessa forma, o débito do participante com a Aracruz é em madeira, e não em dinheiro.

O Programa Produtor Florestal da Aracruz já movimentou cerca de 120 milhões de reais em compra de madeira, insumos, adiantamentos financeiros e impostos, e responde hoje pela geração de mais de cinco mil empregos diretos e indiretos no campo. Os produtores rurais participantes têm como vantagens econômicas a venda da madeira, sendo que podem reservar 3,5% da produção de eucalipto para uso próprio e vender os resíduos deixados no solo, durante a colheita (cascas, galhos etc.), para padarias, olarias, produtores de carvão, escolas e outros estabelecimentos.

Programa Desenvolver de Fomento Florestal - Masisa do Brasil Ltda

A empresa Masisa, com sede no município de Ponta Grossa, PR e a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, por meio do Departamento de Engenharia Florestal, lançaram, em abril de 2003, o Programa “Desenvolver” de Fomento Florestal, como uma forma de inserir a prática de desenvolvimento sustentável na região de influência da empresa. O Programa funciona por meio das seguintes ações de cada uma das partes envolvidas:

- A Masisa fornece as mudas e os insumos necessários à implantação da floresta;

- O fomentado (produtor rural) planta, realiza os cuidados de manutenção do reflorestamento e protege a floresta;

- A UNICENTRO fornece assistência técnica e ambiental ao fomentado, durante os primeiros quatro anos do reflorestamento

- O fomentado irá ressarcir os custos da Masisa, com um volume de madeira pré-definido de 55 toneladas por hectare, podendo ser pago a qualquer época do ciclo de produção, ou seja, nos desbastes ou no corte final;

- A Masisa terá preferência na compra da madeira a preços vigentes no mercado na época do corte. O fomentado não se obriga a vender o restante da produção para a Masisa, apenas deverá dar preferência. A Masisa paga as despesas do frete, se a produção for vendida a ela.

Antes de estabelecer o contrato com os produtores, uma equipe visita as propriedades para realizar uma vistoria técnica e ambiental, na qual se verifica a disponibilidade de reservas de florestas nativas e áreas de preservação, e é feita a solicitação ao proprietário da seguinte documentação:

- Escritura da Propriedade ou contrato de arrendamento

- INCRA ou CCIR (pago)

- Croqui da propriedade para áreas menores que 50 ha

- CPF e RG

- Dados bancários (banco, agência e número da conta)

Programa de Fomento Florestal - Indústrias Klabin de Papel e Celulose S.A.

Diversos programas buscam a integração entre a Klabin e as comunidades onde ela se insere. Desses, um dos mais importantes é o Programa de Fomento Florestal. Nele, a empresa disponibiliza a

tecnologia florestal aos pequenos produtores rurais e promove o desenvolvimento regional. O objetivo do programa é permitir que as pequenas e médias propriedades rurais possam se beneficiar do programa de reflorestamento, que tem como finalidades: atender aos aspectos sociais, ao contribuir para a fixação do agricultor na área rural, com o incremento na renda; disseminar as práticas de conservação ambiental; e aumentar a disponibilidade de madeira de florestas plantadas, preservando a floresta nativa.

O fomento florestal da Klabin abrange 3.800 produtores parceiros que, juntos, perfazem uma área de 22.000 ha de florestas fomentadas. A empresa pratica três tipos básicos de fomento: a doação de mudas em cooperação com a EMATER-PR; a venda de mudas para silvicultores na área de abrangência, num raio de 100 km; e uma terceira forma, denominada empreendimento. No caso do empreendimento, a empresa executa a implantação do povoamento, sendo ressarcida em madeira por ocasião do primeiro desbaste da floresta.

Formas de fomento

a) Empreendimento Florestal - O proprietário prepara o solo e faz os tratamentos culturais (aplicação de herbicida, adubação, coroamento, roçadas, desrama, continuação do combate de formiga, manutenção de aceiros e outros, quando necessário).

A Klabin faz o planejamento, o primeiro combate a formigas, plantio e um replantio, se o levantamento de sobrevivência (feito até sessenta dias após o plantio) apontar morte de 5% ou mais das mudas. A empresa oferece assistência técnica ao projeto.

O pagamento é feito no momento do primeiro desbaste, com madeira entregue no pátio da Klabin (dezoito toneladas por hectare).

b) Venda de Mudas - O proprietário prepara o solo, faz o combate da formiga e outras pragas se for necessário, planta, replanta, aduba e faz os tratos culturais (coroamento, roçadas, desrama, manutenção de aceiros e outros, quando necessário).

A Klabin vende as mudas com subsídio, o formicida, e transporta as mudas, se o proprietário preferir. A assistência técnica é gratuita.

O pagamento é feito, transformando o valor em toneladas de madeira e pago na ocasião do primeiro desbaste, com madeira entregue no pátio da fábrica (oito toneladas de madeira/hectare – Eucalipto seis anos e Pinus oito anos).

c) Doação de Mudas (parceria com a EMATER-PR) - Produtor com área máxima de cinquenta hectares. Doação máxima por proprietário, de vinte mil mudas ou 30% da propriedade (o que atingir primeiro). A empresa fornece as mudas apenas para o plantio de 30% da área total do fomentado, para permitir que o proprietário possa diversificar suas fontes de renda.

O produtor prepara o solo, combate a formiga, faz o plantio, a adubação e os tratos culturais necessários (coroamento, roçadas etc.).

A Klabin doa as mudas, o formicida e os porta iscas entregues à EMATER-PR ou na propriedade.

A EMATER-PR seleciona os beneficiários e oferece assistência técnica.

Obs.: Não existe compromisso formal de venda para Klabin.

d) Arrendamento - É realizada uma vistoria da propriedade para verificar se

há interesse da Klabin. São avaliados o aproveitamento, declividade, acessos, vegetação existente, espécie a ser plantada, distância da fábrica, níveis de preparo do solo, etc.

O contrato pode ter duração de 14 a 21 anos para eucalipto e/ou pinus, respectivamente.

Operações: A Klabin realiza todas as operações, desde o preparo de solo até a colheita da madeira.

Planos de pagamento

O pagamento é feito em reais (R\$) por hectare. O valor anual por hectare plantado poderá ser dividido em pagamentos mensais, em moeda corrente, com reajustes sazonais com base em um mix de índices oficiais (40% do IPC-fipe; 30% do IPCA-ibge; 30% do ICV-dieese) ou atrelado a um produto agrícola, com base nos preços médios dos últimos 36 meses, informados pelo Departamento de Economia Rural – DERAL, da Secretaria da Agricultura do Paraná, Regional de Ponta Grossa.

Pagamentos em madeira: proposta de um percentual de madeira em pé por ocasião dos cortes ou desbastes, sendo que a Klabin tem a preferência na compra dessa porcentagem, em igualdade de condições com o eventual concorrente. Havendo interesse do proprietário em deixar sua parte de madeira em pé, será realizada a separação dos talhões.

Pagamentos mistos: proposta de valor anual em reais por hectare efetivamente plantado, mais um percentual em madeira, ou adiantamento em reais mais percentual de madeira por ocasião dos desbastes ou cortes finais.

A Klabin atua com seu Programa de Fomento Florestal em uma região próxima

à cidade de Ponta Grossa, PR, num raio de 75 km da fábrica, que está localizada no município de Telêmaco Borba, PR, ou ainda, em propriedades que estejam localizadas até cem quilômetros por estradas pavimentadas.

e) PRONAF

Programa desenvolvido com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Banco do Brasil. A Klabin seleciona os participantes, elabora e aprova os projetos junto ao banco. O Banco do Brasil recebe os recursos do BNDES e repassa para os beneficiários recomendados pela empresa. A Klabin garante e paga os recursos e encargos assumidos pelos participantes. Estes, por fim, pagam para a Klabin, os valores recebidos, em madeira em pé, na ocasião da primeira e segunda colheitas.

f) PROPFLORA

Programa desenvolvido com recursos do BNDES em parceria com o Itaú BBA. A Klabin seleciona os participantes, elabora e aprova os projetos junto ao banco. O Itaú BBA recebe os recursos do BNDES e repassa para os beneficiários recomendados pela empresa. A Klabin garante e paga os recursos e encargos assumidos pelos participantes. Estes, por fim, pagam para a Klabin, os valores recebidos, em madeira em pé, na ocasião da primeira e segunda colheitas.

3.4. Programa Prosperar - Ripasa S.A. Celulose e Papel

Prosperar é o Programa de Fomento Florestal da Ripasa, direcionado a pequenos e médios produtores rurais. O objetivo desse Programa é estimular parcerias entre a Ripasa e os produtores no plantio de eucalipto, tornando o produto das pequenas propriedades mais

lucrativo. O Prosperar é uma iniciativa que contribui com o desenvolvimento econômico, possibilita a prática da preservação ambiental e valoriza a atividade do produtor rural no campo. A abrangência do programa inclui áreas a partir de dez hectares, com localização num raio de duzentos quilômetros da unidade industrial de Limeira (SP) e próximo às fazendas (Parques) da Ripasa. O Programa incorpora produtores rurais de vários perfis, sendo dividido em duas modalidades:

a) Prosperar Básico

É ideal para pequenos produtores rurais que disponham de uma área mínima de dez hectares em um raio de até duzentos quilômetros da Unidade Industrial de Limeira, SP e próxima dos parques florestais da Ripasa.

Compromissos da empresa:

- Fornecimento de mudas de última geração;
- Planejamento do uso da terra;
- Assistência técnica e gerencial;
- Garantir compra da madeira no valor de mercado na ocasião da colheita.

Os serviços e insumos não serão cobrados, se ao final do 5º ano, o produtor vender pelo menos 80% da área total implantada para a Ripasa. Caso contrário, os valores serão cobrados em madeira.

Compromisso do Produtor:

- Implantar e conduzir a floresta na propriedade, através de prestador de serviço especializado ou com estrutura própria.

b) Prosperar Pleno

É um plano mais completo e destina-se a proprietários de áreas rurais a partir de vinte hectares, situados até duzentos quilômetros da Unidade

Industrial de Limeira - SP e próximos de um dos parques florestais da Ripasa.

Compromisso da empresa:

- Fornecimento de mudas de última geração;

- Planejamento do uso da terra;

- Assistência técnica e gerencial;

- Disponibilização de Insumos: Herbicidas, calcário, fertilizantes e recursos financeiros para execução das operações;

- Pagar pelo frete da entrega da madeira de acordo com o valor de mercado para a distância percorrida;

- Garantir compra da madeira no valor de mercado na ocasião da colheita;

- Bonificar em até 5% no valor da venda por boa qualidade na entrega da madeira e prazos cumpridos;

- Os insumos e recursos financeiros serão ressarcidos em madeira.

Compromisso do Produtor:

- Implantar, conduzir e beneficiar a floresta na propriedade através de prestador de serviço especializado ou com estrutura própria;

- Entregar a madeira cortada e descascada em local pré-determinado;

- Vender, a partir do 6º ano de plantio, 95% da produção total de madeira da área plantada, ficando 5% da produção para uso livre do fomentado.

Liberação de Recursos

O recurso financeiro ou insumo visa a assegurar a realização, com sucesso, das operações de planejamento, plantio e condução da floresta. A liberação é realizada através da equipe florestal da Ripasa, sempre de acordo com necessidades técnicas.

Resultados e Discussão

Os quatro programas apresentados, apesar de atuarem em contextos diferentes, considerando as características intrínsecas de seus processos produtivos e da região de abrangência de suas atividades, possuem aspectos similares, fundamentados no discurso referente à formação de uma base florestal sustentada no Brasil. Como tendência no setor, as iniciativas em programas de Fomento Florestal das quatro empresas aqui estudadas, como em várias outras, têm sido, por enquanto, uma ótima alternativa para resolver uma leva de problemas de cunho social, econômico e ambiental. A grande maioria dos programas de Fomento Florestal adota o lema “Um bom negócio é aquele em que todos saem ganhando”, procurando estabelecer e manter parcerias com os pequenos e médios produtores. A manutenção dessas parcerias estrutura-se principalmente por meio de revisões constantes na política de preços da madeira, adequação dos contratos às necessidades dos produtores, inclusive no que se refere à liberação de recursos, e buscam primar pela excelência na assistência técnica.

O fomento florestal tem um alto significado social, político, econômico e ambiental. A partir de vínculos econômicos e comerciais permanentes com os participantes dos programas de fomento, o relacionamento das empresas com as comunidades de seus entornos acaba tornando-se mais estreito. Desse relacionamento mais próximo surge uma gama de benefícios que são compartilhados entre as partes envolvidas. Por exemplo, o programa

de fomento pode possibilitar ao produtor rural uma opção de geração de renda suplementar, uma diversificação de sua produção, assim como promove a utilização de áreas marginais, improdutivas ou não apropriadas para atividades agropecuárias. Algumas empresas usam o programa de fomento para demonstrar sua responsabilidade social e ajudar a manter uma boa imagem junto à opinião pública. Os grandes plantios, em áreas próprias, vinham sendo, ultimamente, alvo de severas críticas, particularmente por parte de Organizações Não-Governamentais (ONG's) (KENGEN, 2002).

O plantio sustentado de espécies florestais em terras ociosas traz uma série de benefícios diretos e indiretos ao meio ambiente, pois, ao usar madeira, proveniente desses plantios, na produção de celulose, móveis e outros produtos, contribui-se para a preservação de árvores, oriundas das poucas reservas nativas remanescentes. Cabe destacar, ainda, que a utilização de terras improdutivas, conseqüentemente, contribui para evitar problemas ambientais, como, por exemplo, erosão do solo, lixiviação de nutrientes, assoreamento de rios e lagos, etc. Por outro lado, os programas estimulam e orientam o produtor rural a adotar técnicas conservacionistas e a manter a Reserva Legal (RL) Áreas de Preservação Permanente (APP), conforme determina a legislação brasileira, por meio do Código Florestal, Lei 4771, de 15 de setembro de 1965.

Ainda sob o aspecto ambiental, o que tem gerado grande discussão, é a posição de alguns grupos ambientalistas os quais afirmam que os plantios florestais estão contribuindo para a criação de

um “deserto verde”. Entretanto, sob o ponto de vista técnico, se essas áreas não fossem utilizadas para o plantio de florestas, estariam abandonadas ou sendo subutilizadas, pois grande parte da área plantada constituem-se áreas impróprias para outras atividades agropecuárias estando, portanto, improdutivas. Desta forma, pode-se inferir, também, que os plantios florestais estão contribuindo para a recuperação de áreas degradadas.

Os programas de fomento florestal têm evoluído para sistemas eficientes de produção de florestas com bom rendimento e que produzem madeira de qualidade, de forma economicamente viável. Um dos benefícios para essas grandes empresas é o de não precisar imobilizar capital na aquisição de novas terras, tendo em vista o alto custo, pois os plantios florestais são produzidos em propriedades de terceiros com custos baixos, sem necessidade de uma grande infra-estrutura. A propriedade de grandes áreas implica outros custos, como por exemplo, impostos, vigilância, combate a incêndios, etc. Em outras palavras, pode-se inferir que os programas contribuem para uma redução de custos da empresa.

A mão-de-obra utilizada é basicamente familiar. Entretanto, vale ressaltar que, com o desenvolvimento do programa, alguns proprietários têm formado pequenas empresas que oferecem serviços aos demais fomentados, particularmente na área de corte, arraste e transporte da madeira (KENGEN, 2002).

Como resultados têm-se vários benefícios: Ocupação de terras ociosas, recuperação de áreas

degradadas, diversificação de atividades produtivas, redução da pressão sobre os remanescentes de florestas nativas, recomposição e manutenção de Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, desenvolvimento de pólos silvi-industriais. Além disso, esses programas podem representar a garantia de abastecimento de matéria prima, a geração de renda alternativa e adicional, empregos diretos e indiretos, impostos e disseminação de tecnologia de ponta. Do ponto de vista ambiental, os benefícios podem ser obtidos por meio de monitoramentos ambientais, aumento da cobertura florestal, proteção do solo, regulação do ciclo das chuvas, fixação de carbono, refúgio para fauna silvestre, dentre outros.

As empresas do setor florestal brasileiro têm dado grande importância à modalidade de programas de fomento florestal, com grandes investimentos agregados ao longo dos últimos anos na distribuição de mudas para pequenos e médios produtores rurais. O quadro 1 mostra de maneira resumida, uma evolução da quantidade média de mudas de pinus e eucalipto, distribuídas nos programas de fomento florestal.

Além de promover as reformas³ e novos plantios em áreas próprias, o setor florestal privado reforçou significativamente o fomento de plantações, associado à assistência técnica, junto a produtores rurais independentes. Para ilustrar essa realidade, nos últimos cinco anos, os segmentos industriais plantaram cerca de um milhão de hectares em áreas próprias (dos quais 70% corresponderam a reformas) e fomentou cerca de 150 mil hectares junto aos produtores rurais. O quadro 2 apresenta a quantidade de área de reforma e plantio de espécies florestais madeireiras, por região e estado brasileiro, realizado em áreas próprias e em propriedades de produtores participantes de programas de fomento florestal, no ano de 2005.

Considerações Finais

- A atividade de fomento florestal tem sido a alternativa mais viável para atender necessidades presentes e futuras, no que se diz respeito ao fornecimento de matéria prima para a continuidade da atividade florestal, boa renda alternativa a pequenos e médios produtores rurais e atendimento à legislação ambiental.

Quadro 1. Quantidade de mudas doadas a terceiros para fomento florestal no Brasil

| Gênero | Anos | | | | | | |
|-------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
| <i>Eucalyptus</i> | 11.779 | 8.679 | 7.905 | 10.096 | 9.610 | 12.348 | 10.130 |
| <i>Pinus</i> | 4.486 | 5.433 | 3.988 | 6.234 | 3.591 | 5.565 | 4.505 |
| Outros | 301 | 245 | 790 | 477 | 401 | 394 | 403 |
| Total | 16.566 | 14.357 | 12.683 | 16.807 | 13.602 | 18.307 | 19.659 |

Bracelpa, 2002 (Fonte: SBS, 2006)

3 O termo “reforma” refere-se à atividade de plantio de culturas florestais em local onde já havia culturas desse tipo e que foram submetidas ao corte raso.

- Nos modelos de programas de fomento florestal, a relação entre a empresa e o produtor deve ser harmoniosa e respeitar algumas regras estabelecidas no acordo inicial.

- Geralmente, o principal responsável pelos trabalhos, no campo, é o produtor e a floresta é um dos componentes da propriedade rural, não o único, o que pode acarretar mudanças no cronograma de execução das atividades silviculturais, por exemplo.

- O produtor precisa conhecer todas as etapas do processo, do plantio à

comercialização. Para isso, a assistência técnica para todas as atividades rurais do produtor não deve deixar dúvidas.

- O valor a ser pago pela madeira, no momento da colheita, deve ser preferencialmente o preço de mercado, pois trata-se da variável mais perceptível pelo produtor no processo.

- A assistência técnica oferecida pela empresa é fundamental para os produtores e não deve deixar dúvidas, pois o produtor geralmente não apresenta muita experiência na silvicultura, e a palavra do técnico da empresa, às vezes, é tudo em que

Quadro 2. Área de reforma e plantio de espécies florestais madeireiras por região e estado (2005)

| Região | Estado | Plantio Próprio | Fomento | Total |
|--------------------------|-----------------|------------------------|----------------|----------------|
| Sul (23%) | SC | 20.100 | 19.900 | 40.000 |
| | PR | 42.350 | 11.650 | 54.000 |
| | RS | 30.700 | 4.300 | 35.000 |
| | Subtotal | 93.150 | 35.850 | 129.000 |
| Sudeste (48%) | MG | 128.150 | 31.850 | 160.000 |
| | SP | 61.400 | 18.100 | 79.500 |
| | ES | 15.100 | 9.900 | 26.000 |
| | RJ | - | 2.500 | 2.500 |
| | Subtotal | 204.150 | 60.850 | 268.000 |
| Centro-Oeste (7%) | MS | 15.000 | 10.000 | 25.000 |
| | MT | 7.550 | 450 | 8.000 |
| | GO | 5.000 | | 5.000 |
| | Subtotal | 27.550 | 10.450 | 38.000 |
| Norte (6%) | AP | 17.000 | | 17.000 |
| | PA | 5.500 | | 5.500 |
| | RR | 3.500 | | 3.500 |
| | TO | 4.500 | | 4.500 |
| | Subtotal | 30.500 | | 30.500 |
| Nordeste (16%) | BA | 53.404 | 21.596 | 75.000 |
| | MA | 8.500 | | 8.500 |
| | PE | 2.000 | | 2.000 |
| | PI | 2.000 | | 2.000 |
| | Subtotal | 65.904 | 21.596 | 87.500 |
| 100% | Total | 422.754 | 130.246 | 553.000 |
| | % | 76.59 | 23.41 | 100 |

Fonte: Sociedade Brasileira de Silvicultura

eles acreditam. Por isso, deve-se atentar para não se gerar uma negociação frustrada, a qual pode destruir a credibilidade entre as partes.

- As florestas plantadas por empresas, por produtores rurais e mesmo por órgãos governamentais geram cadeias de negócios em seu entorno.

- É preciso que os setores florestais público e privado continuem a tomar iniciativas que fomentem a visão sustentável do desenvolvimento, envolvendo a participação da população em geral, para que não só se garantam recursos naturais para a geração presente, mas também para as gerações futuras.

Referências

AMBIENTEBRASIL. *Fomento florestal*. Disponível em: <www.ambientebrasil.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2006.

DI CIERO, L. *Apagação florestal: uma triste realidade no Brasil*. (Entrevista) Pró-Terra - Associação Brasileira de Tecnologia, Meio Ambiente e Agronegócios, 04/04/2004. Disponível em: <<http://www.proterra.org.br>>. Acesso em: 16 maio 2006.

FONTES, A. A.; SILVA, M. L.; VALVERDE, S. R.; SOUZA, A. L. *Análise da atividade florestal no município de Viçosa, MG*. *Revista Árvore*, Viçosa, v.27, n.4, p.517-525, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v27n4/a12v27n4.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2006.

FREITAS, A. R. de. *Reflorestamento e desenvolvimento sustentável: as perspectivas da cadeia dos negócios com madeira no Sul do Brasil*. (Palestra). Porto Alegre, março de 2005. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em: 15 maio 2006.

GOMES, A. do N. *Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais*. 2005. 99 f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

KENGEN, S. Instrumentos institucionais para o desenvolvimento dos proprietários de pequenas terras florestais. Estudo de caso de integração vertical: programa de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A. BIRDES (ATN/NP-7444-RS). *Relatório técnico*. Guaíba, 2002.

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS - PNF. *Políticas públicas para o setor florestal – linhas de crédito*. Disponível em <www.tume.esalq.usp.br/simp/arquivos/mma.pdf>. Acesso em: 16 maio 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBS. Fomento Florestal Público. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em 10 ago. 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBSa. Dr. Antonio Sebastião Rensi Coelho, (homenagem) Primeiro Encontro de Produtores Florestais, em 03/5/06, Bragança Paulista, SP. *Informativo SBS do dia 05/05/2006*. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em: 16 maio 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBSb. Declaração de Nelson Barboza Leite. Reunião Técnica do PNF-MMA. *Informativo SBS do dia 23/05/2006*. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em: 21 jun. 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBSc. Ministra Marina Silva no Dia Mundial do Meio Ambiente. *Informativo SBS do dia 21/06/2006*. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em: 26 jul. 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA – SBSd. Nelson Barboza Leite e Tasso Rezende de Azevedo, Ministério do Meio Ambiente – Revista Opiniões. *Informativo SBS do dia 26/07/2006*. Disponível em: <www.sbs.org.br>. Acesso em 28 jul. 2006.